



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº03/2023

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 26 DE ABRIL DE 2023; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2022. INFORMAÇÃO Nº15/DGF/2023; -----

PONTO 4 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º71/GAPV/2023; -----

PONTO 5 – HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO DE CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL N.º12/23. 6BEMDL PROPOSTA N.º56/GAPV/2023; -----

PONTO 6 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO PARA O ANO DE 2023. PROPOSTA N.º60/GAPV/2023; -----

PONTO 7 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA "ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA" PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA N.º 66/GAPV/2023; -----

PONTO 8 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NÃO SUPERIOR - RELATÓRIOS. PROPOSTA N.º72/GAPV/2023; ---

PONTO 9 - CELEBRAÇÃO DA 1.ª ADENDA AO "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS" COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA AÇÃO DE REALOJAMENTO DE UMA FAMÍLIA, NO ÂMBITO DA MEDIDA 29 DO PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL DA BACIA DO TÂMEGA - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO. INF. DA Nº377/2023; -----

PONTO 10 – PROPOSTA DE DOAÇÃO DE TERRENO EM VISTA À CONSTRUÇÃO DE VÁRIOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS. DONATÁRIA: FREGUESIA DE VILAR DE NANTES. PROPOSTA N.º 65/GAPV/2023; -----

PONTO 11 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE TRONCO. PROPOSTA N. 64/GAPV/2023; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 12 - ANÁLISE DO 3.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "INOVAÇÃO PRODUTIVA - EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020", CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 12/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023; -----

PONTO 13 – ANÁLISE DO 9.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE" CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº13/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023;-----

PONTO 14 – ANÁLISE DO 4º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS", CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº14/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023; -----

PONTO 15 - ANÁLISE DO 9.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES AQUAE FLAVIAE" CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº15/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023;-----

PONTO 16 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - NA RUA DE SÃO BENTO, NA MADALENA, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO N.º 244/23 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 190/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 31/03/2023;-----

PONTO 17 - SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA, NA RUA MÁRIO SANTOS DELGADO, PEDIDO APRESENTADO PELO SR. CARLOS FILIPE RODRIGUES FURTADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 281/23, INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º240/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO, BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 03/05/2023; -----

PONTO 18 - SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO NA AVENIDA MARECHAL CARMONA, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 370/23 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 314/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/05/2023; -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - NA RUA CÂNDIDO SOTTO MAIOR, NA FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO N.º 392/23 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 325/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/06/2023; -----

PONTO 20 - SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO - NA POVOAÇÃO DE ALANHOSA, NA FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PROCESSO N.º 394/23 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 329/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/06/2023. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, José Carlos Carvalho Fernandes e Nuno Miguel Claro da Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, Maria José Alves Portela, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes.

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, em representação da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - Bruno Alexandre Silva Barroso, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, em representação de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz –Antero Luís Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, pelo PPD/PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PPD/PSD, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo PS, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS, Luiz Mário Alves Carneiro, pelo PS, José Francisco de Resendes Carreira, pelo PS, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, pelo PS, António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS e Anabela Maria Neves Martins, pelo PSD. -----

Presidente de Junta de Freguesia: da União das Freguesias da Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto e Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia, João Manuel Pereira Teixeira Borges. -----

Faltaram à reunião: -----

Deputado Municipal: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelos Independentes, João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo PSD, -----

Presidentes de Junta de Freguesia: da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, em representação de Sanfins da Castanheira – José António Morais Gonçalves, -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa, Altamiro da Ressurreição Claro, disse: Bom dia. Começo por saudar todos os membros desta Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os elementos que me acompanham na Mesa, o primeiro e o segundo secretário, os serviços de apoio à Assembleia, o público que, eventualmente, esteja presente e órgãos de comunicação social. -----

Temos quórum, vamos dar início a esta sessão da Assembleia Municipal -----

O senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente, pedidos de substituições e pedidos de suspensão que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até esta data. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Ainda, neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Muito bom dia, cumprimentar em primeiro lugar o senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores caros e caros Deputados, caros senhores e pessoal de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

O que me traz aqui, hoje, no Período Antes da Ordem do Dia, é falar um pouco de segurança, particularmente da segurança urbana. As grandes preocupações das famílias e das pessoas dizem respeito a questões de saúde e questões de educação. A preocupação da segurança é, por vezes, ainda mais forte do que estas preocupações, portanto, sendo a segurança um fator importante de bem-estar, é importante que o nosso município também participe, e participa, e se preocupe com isto. A segurança é uma preocupação que envolve a administração central, envolve as autarquias, entidades privadas, sociedade civil etc. A nível nacional estão definidas basicamente dois tipos de estratégias em relação à questão da segurança: a primeira, é a prevenção da violência e das conflitualidades e a segunda, é a ação das polícias e da repressão a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nível nacional. A prevenção é fundamentalmente levada a terreno através de estudos e análises de fatores sociais, estudos referentes às questões económicas, questões culturais e questões urbanísticas que são fatores que podem levar, obviamente, a gerar conflitualidade social, conflitualidade entre as pessoas. É importante promover uma identificação precoce das ameaças das conflitualidades e esta lógica de prevenção, estudo, avaliação, medidas de prevenção é seguramente a mais eficaz. -----
As grandes ameaças nacionais que estão identificadas, são a droga, vê-se bem pela grande quantidade de droga apreendida nos últimos dias, deixa claro que se está a passar um fenómeno muito grave. Revela um caminho para a Europa através de Portugal/Espanha. Outras ameaças são o terrorismo, o discurso do ódio, o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos. O que me traz mais aqui, é o problema da criminalidade, até urbana, que é a criminalidade juvenil, a criminalidade de algumas áreas, particularmente zonas urbanas e zonas residenciais. São zonas de alto risco: zonas de diversão noturna; áreas escolares e áreas desportivas. Não fugimos, o nosso município não foge também à existência de alguns destes problemas, nomeadamente a violência nas áreas de diversão noturna e nas áreas residenciais. O combate pela ação, ou seja, o combate operacional através das polícias passa pelo policiamento de visibilidade, obtenção de informações, mas passa também pelo fornecimento de recursos e alocar esses recursos de uma forma eficaz. Estão identificados perfeitamente quais são os grupos sociais mais vulneráveis, particularmente: crianças; jovens; idosos e também refugiados imigrantes, embora na nossa zona, este, seja um problema ainda de pequena intensidade. No município de Chaves há, obviamente, esta preocupação. No final do ano passado e início deste ano houve um pico de assaltos em Chaves que era mais ou menos público toda a gente falava disso, aparentemente está melhorado, ou seja, a segurança aumentou. É nossa preocupação esta questão da segurança e se o senhor Presidente da Câmara tiver possibilidade de nos informar se estão disponibilizados alguns meios ou se está prevista a melhoria das condições para o alojamento e para a eficácia da nossa PSP? A PSP informou-nos que está dotada razoavelmente com viaturas, mas tem outras carências, nomeadamente a nível do alojamento. Muito obrigado. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, iniciou a sua intervenção começando por saudar os presentes: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente. -----

“Hoje gostaria de vos falar sobre os Idosos e de como a solidariedade intergeracional tem sido ao longo das últimas duas décadas, uma das matrizes socialistas, sublinhando as políticas de proteção social, sobretudo dirigidas aos cidadãos mais idosos, tanto no país como na nossa região. -----

Durante a governação do Partido Socialista conquistou-se um conjunto muito vasto de medidas que permitiram ajudar a vida a milhares de cidadãos seniores, através do aumento das pensões de reforma, o fim da contribuição extraordinária de solidariedade, o aumento do complemento solidário para Idosos e do rendimento Social de Inserção. - Do muito trabalho que se tem vindo a fazer, nas mais diversas áreas, podemos destacar alguns pontos: -----

- 1 - O desenvolvimento de programas de envelhecimento ativo e saudável; -----*
- 2 - A aprovação de uma estratégia nacional de combate à solidão, ao nível da saúde e segurança social, prevendo um conjunto diversificado de medidas ajustadas aos diferentes contextos demográficos e meios socioeconómicos para atenuar este flagelo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

social que afeta sobretudo os mais idosos e que merece, por isso, uma atenção especial. -----

3 – Aumento extraordinário das pensões mais baixas, tendo subido desde 2015 até ao presente, quase 10%, atingindo o valor do limiar da pobreza. -----

4 - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). -----

5 – Aumento do número de vagas em ERPI e apoio domiciliário. -----

Os cidadãos mais idosos são um fator de experiência, conhecimento e, nesta sociedade tecnológica e acelerada, o compromisso do PS tem sido, sempre, o de colocar as pessoas em primeiro. -----

Prova disso, é o Complemento Solidário para Idosos (CSI), criado por um Governo do Partido Socialista há 17 anos, com o principal objetivo de melhorar a fragilidade social em que se encontram os mais idosos, a partir dos 65 anos. -----

Atualmente, o CSI continua vivo e é reconhecidamente uma forte medida social, no longo caminho a percorrer para garantir condições dignas para todos. -----

Esta prestação social destinada a pensionistas com muito baixos recursos, residentes em território nacional, tem sido fulcral na redução da pobreza da população idosa, que em março de 2011 beneficiavam da medida 235 mil pensionistas, tendo este valor descido para 165 mil em 2015, devido ao corte do valor de referência promovido pelo então Governo do PSD/CDS-PP. -----

Ora, o Partido Socialista, reverteu este corte e avançou não só na concretização da política de melhoria dos rendimentos dos idosos com a medida do aumento extraordinário das pensões mais baixa, mas também no alargamento das condições de acesso ao CSI, alargando este apoio social a mais idosos, nomeadamente àqueles que, independentemente da idade, foram penalizados nas suas reformas antecipadas durante o Governo do CDSS/PSD. -----

Minhas senhoras e meus senhores poder-vos-ia falar de mais políticas nacionais, proteção e solidariedade social, pois a trajetória do PS tem sido, indubitavelmente, a de uma valorização de rendimentos. -----

No entanto, não só de políticas nacionais e projetos de lei se faz a valorização dos mais idosos, mas também através de pequenos projetos e iniciativas locais é possível fazê-lo. -----

Das muitas iniciativas realizadas podemos destacar: -----

- O almoço de natal realizado anualmente para todos os idosos do concelho; -----

- A gratuidade da atividade física sénior, dirigida aos idosos residentes no concelho, promovendo a saúde e bem-estar; -----

- O convívio quinzenal, no dia de domingo, no âmbito do Projeto “Dar anos à vida”, possibilitando que as pessoas se reúnam e desfrutem de um de um grupo musical e um baile de dança e música; -----

- A comemoração do 21º dia do Idoso, que irá decorrer no próximo dia 02 de julho. Um encontro que reúne mais de 2000 idosos de todas as freguesias do concelho, num almoço imbuído de alegria, animação e entretenimento. De salientar que este dia foi concebido, no âmbito do Projeto de Luta contra a Pobreza. -----

Por fim, saliento a requalificação de duas edificações, que são hoje centros de convívio para os cidadãos seniores, o Centro Cívico Maria Rita e o Centro Comunitário dos Aregos. Ambos, não tinham qualquer projeto associado, nem futuro delineado, quiçá um deles poderia vir a ser uma casa mortuária. Hoje o Centro Cívico é um edifício totalmente renovado, limpo, bonito, enquadrado na arquitetura envolvente e em funcionamento diário e permanente. Os seus utilizadores, Mulheres e Homens Seniores, podem usufruir do espaço de forma livre ou de forma programada, através de atividades monitorizadas como por exemplo os Ateliês para a Vida. O mesmo acontece no Centro Comunitário dos Aregos, um equipamento outrora esquecido e que atualmente se encontra de portas abertas para todas e todos que lá queiram estar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Tudo isto acima elencado permite-nos afirmar que é possível desenvolver pequenos projetos sociais, sem grandes investimentos, bem como do muito trabalho que o Município de Chaves tem vindo a realizar na área da 3ª idade. -----

Mas não está tudo feito. -----

Há e haverá sempre trilhos a percorrer na proteção, vulnerabilidade e isolamento social, solidão, carência social e económica. Mas estamos no bom caminho. -----

Obrigada ao Partido Socialista. -----

Obrigada ao Município e na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, agradecemos o trabalho desenvolvido em prol dos que mais necessitam de ajuda. -----

Termino dando nota da 2ª edição de um grande Evento que decorreu na cidade de Chaves, no passado dia 24 de junho, as Marchas Populares. Desfilaram pelas ruas da cidade flaviense mais de duas centenas de marchantes, para comemorar tradições locais, raízes e tradições locais e com o objetivo de recriar usos e costumes de outrora, lendas e atividades agrícolas, até hoje enraizadas nas tradições locais. -----

Um Evento que cobriu o centro histórico de cor, animação, música e muita alegria. -----

Um bem-haja a esta iniciativa, promovida pela Associação Cultural Flaviense Grupo Musical Amizade com o apoio do Município de Chaves.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara e, em nome deles, cumprimento todos os presentes. Venho falar mais uma vez, quase inevitavelmente, de saúde, levantando três questões. A primeira, o Centro Hospitalar continua sem Conselho de Administração, tanto quanto eu sei agora, posso estar enganado, a direção do ACES do Alto Tâmega continua à espera de ser reconduzida, tudo isto no meio de um processo anunciado de reforma dos cuidados de saúde que vai necessariamente afetar a região e que não vai ter interlocutor no Centro Hospitalar por ausência de Diretor Clínico, há mais de 10 meses, a situação é inaceitável, é intolerável e é destrutiva para o Centro Hospitalar e para os cuidados de saúde na região. Acho que é inevitável que as Assembleias Municipais, as Autarquias tomem uma posição firme e que alguém do Governo nos explique como é que é possível, num País da União Europeia, haver um Conselho de Administração que desde dezembro de 2021 está à espera de ser reconduzido, o que é que aconteceu? estivemos em guerra civil? O que é que explica esta situação? Eu gostava, como cidadão, que me explicassem como é que não é possível chegarmos a um Conselho de Administração? E como é que é possível viver sem Conselho de Administração? Estamos a criar a ilusão errada e perigosa de que, afinal, o Conselho de Administração não serve para nada, porque serve para muito e, esta é uma primeira questão. A segunda questão, tem a ver com uma ameaça conhecida, a de mais uma vez estar em risco, no período de verão, a urgência de Pediatria, no Hospital de Chaves, não estar assegurada a escala para o mês de julho, todos os dias, o que pode ter consequências importantes no funcionamento do serviço de pediatria. Esta situação tem a ver com uma questão essencial que é a incapacidade de fixar médicos, os que defendem o mercado, acham que o mercado resolve tudo, mas não resolve, porque já nem tarefeiros há que venham prestar serviço, porque há outras zonas que oferecem mais. Estamos a criar uma situação insustentável para o Serviço Nacional de Saúde e a derrocada continua. Eu, numa conferência da CDU, reconheci e aplaudi investimentos em obras, tais como; a unidade de cuidados paliativos que funciona agora numa ala do Hospital de Chaves e as obras da Hemodiálise, tudo aspetos positivos. Mas onde é preciso investir? Será que as pessoas não percebem que é nos recursos humanos, é pagar com seriedade, o Secretário de Estado do Governo anterior esteve em Vila Real em dezembro de 2021 e disse publicamente, “o governo reconhece que os salários dos profissionais de saúde, em especial dos médicos, é a prioridade do governo” desde que ele disse isso, o meu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

salário real caiu 7% e há aqui uma contradição insanável. Anuncia-se uma greve dos médicos para a próxima quarta e quinta-feira, hoje estão em greve os enfermeiros, na sexta-feira voltam a estar em greve. Agora termino e, portanto, era importante que tomássemos uma posição sobre este assunto, porque este assunto é muito sério. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caros Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. O Governo do Partido Socialista melhorou a parte económica do nosso País à custa de que? À custa do aumento da inflação, à custa dos impostos e de uma grave carga fiscal que compromete o nosso desenvolvimento a nível do País. O Governo, só tarde e a más horas, começou a tomar medidas a conta gotas para ajudar as pessoas. Enquanto o custo de vida aumentou de forma descontrolada, o que levou o Governo a aumentar as receitas aos milhões, ganhando uma folga nunca vista nos últimos 20 anos, os bens dispararam 50%, 70% e 80% só neste primeiro trimestre, em relação à Europa, foi o dobro, 33%. O Povo, os Portugueses, estão em crise, o Governo está rico, nem sabe o que há-de fazer às astronómicas receitas que lhe caíram do céu para não falar do Programa de Recuperação e Resiliência e do 20/30 nunca nenhum governo teve tantas benesses como este, só dinheiro para os cofres, enquanto o povo só aperta o cinto. As medidas de apoio vêm a conta-gotas e são remendos atrás de remendos, as pessoas têm que voltar novamente a aprender a tabuada antiga, porque quando vão para os supermercados não fazem outra coisa a não ser estar a fazer contas, a ver se lhe chega o dinheiro para elas. Isto, ao contrário do que acontece com os hipermercados, com os supermercados e com os mercados tradicionais, esses, ainda são os que ganham menos, porque, de facto, os outros têm lucros aos milhões. O Governo arranjou uma engenharia financeira através do IVA, copiando os espanhóis, os 6% só que quem anda atento e eu andei atento, e fiz de propósito, andei a saber, uns dias antes, como é que eram os preços dos produtos e tirei fotos nalguns casos, sabem que os 6% foram engolidos logo que foi dado conhecimento que o Governo pôs a medida, o aumento dos produtos, uns dias antes, era maior do que os 6% do IVA, do desconto do IVA. Por conseguinte, quem ganhou com a medida não fomos nós os contribuintes, nem o povo português, foram os hipermercados e os supermercados. -----

Os supermercados e os hipermercados até estão disponíveis para pagar algumas multas, o Governo e o senhor Primeiro-Ministro disse que ia mandar a ASAE fiscalizar essa situação, pode fiscalizar, só que as receitas são tão astronómicas e os lucros são tão grandes, mesmo que paguem algumas multas, para eles é insignificante. Por conseguinte, para eles, isso não lhes interessa nada. As medidas estavam a aumentar e a maioria esmagadora do povo Português vê os supermercados encher os bolsos e não vê os seus problemas resolvidos, embora o Governo diga que vai averiguar, mas como acabei de dizer, o que vimos é o contrário, mas os trabalhadores, os pensionistas, porque eu sou pensionista e sei muito bem aquilo que me aumentaram, em todas as áreas, os apoios foram uma miséria comparada com as receitas da crise e da inflação, aumentando o gás, a luz, os combustíveis, a alimentação e os medicamentos, o povo não vive com os cofres cheios, o Salazar deixou-nos 980 toneladas de ouro, será que este Governo quer usar a mesma receita? Ser um Governo rico e andarmos todos a contar os tostões? Por conseguinte, é por isso que Portugal está pobre, os números assim o dizem, pela estatística ronda os 2 milhões no limiar de pobreza, sem falar naqueles que mesmo tendo vencimento mínimo, mesmo assim, esses vivem com todas as dificuldades inerentes à situação da crise. O aumento do custo de vida, o salário médio está encostado ao salário mínimo, os licenciados têm um salário de vergonha, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

jovens por isso imigram, por isso eu pergunto: A economia melhorou? Sim. Temos melhor qualidade de vida? Não. Temos melhor ensino e sistema laboral? Não. Estamos em crise constantemente, greves em cima de greves, é o que vimos todos os dias através da comunicação social, por conseguinte será que as pessoas vêm para a rua sem razão? Será que o Governo tem toda a razão? Temos melhor agricultura? Também não. Os produtos estão aí à vista e vimos os agricultores ainda agora há pouco, eu vi os produtores de mel a virem para as ruas dizer que o Governo não dá um cêntimo enquanto o que acontece em França e em Espanha não é assim. Em França e em Espanha são apoiados. Os produtores de mel em Portugal não recebem um tostão do Governo. Temos uma classe média mais forte? Também não. Temos um mercado melhor com melhor habitação? O Governo arranjou aqui um trinta e um com a habitação, como tem arranjado noutras situações, lançam as medidas depois reconhecem que erraram e depois andam sempre a corrigir, porque, de facto, o povo vem para a rua e protesta. A questão da habitação, no meu ponto de vista, não sou contra que deem subsídios que ajudem, isso é o que devem fazer, sim, mas eu prefiro que lhe deem a cana para ir buscar o peixe, eu preferia isso. Em 2018 o Partido Socialista veio para a rua dizer que ia ter um grande programa de habitação, com a construção de não sei quantas habitações, quantas construíram? Quantos bairros sociais construíram? Quantos bairros já construíram desde 2018 para cá? O PS está no governo há 21 anos em 28 anos de Governo, o PSD esteve 7 anos, se houve bairros sociais construídos aqui em Chaves, foram construídos dois pelo Partido Social Democrático e um pelo Partido Socialista no tempo de um Governo a nível Nacional que era do PSD. Por conseguinte, tem que construir bairros sociais e construir habitação condigna e barata. Portugal recebeu o PRR precisamente para desenvolver o País, não é para estagnar, não é para o dinheiro ser canalizado para aonde? Nós, o povo em si, não vê o dinheiro, é verdade, o que vê, é a subida, é isso que nós temos que ver. Por conseguinte, temos uma informação que está coladinha ao Governo, a informação está colada ao governo, não faz outra coisa senão branquear o governo. Temos melhor justiça? Não temos. Temos menos corrupção? Também não temos. O custo de vida está mais baixo? Também não está. Por conseguinte, aquilo que eu ouço e vejo e estou bastante atento de facto às notícias, sinto-me triste. Eu não estou a culpar os Socialistas locais, porque nós sabemos muito bem que nós aqui também podemos dar a nossa opinião, mas não somos nós que decidimos. Mas não há dúvida nenhuma que, de facto, este Governo com as possibilidades que tem, com as receitas que tem, com a carga fiscal que tem, tem os cofres cheios, eles próprios o dizem, nós não nos podemos habituar, como diz o senhor Primeiro-Ministro, a viver nesta situação, ajudem os mais desfavorecidos, aumentem as reformas, aumentem as pensões, porque da maneira como isto está, só quem está na situação de reformado, é que sabe as dificuldades que tem. Não me venham dizer que nós estamos bem, porque em 2022 o senhor Primeiro-Ministro António Costa, veio à televisão e disse “vou dar 10,00 euros em janeiro de aumento de pensões”, sabem quanto deu? Na minha caixa de trabalhadores independentes 6,00 euros, eu fui queixar-me, sabem o que é que me disseram que o resto era descontos e ajustamentos. Quando foi do aumento dos 200,00 euros que deram, deram meia pensão, nós tínhamos a inflação a 8 e tal por cento, o que é que nos deram? Deram-nos metade e queriam mandá-la para 2024 e depois recuaram, recuaram porque queriam fazer logo ali um corte, agora deram-nos em 2023, qual foi o aumento que me deram? Deram 22,00 euros e agora deram mais 30,00 euros por cada vez e foi os aumentos que deram aos pensionistas, pelo menos foi o que me deram a mim. Por conseguinte, meus senhores, já disse e volto a repetir, sei que o PS local não tem culpa, mas vão reconhecendo que, de facto, as coisas a nível nacional não correm bem, era só isso. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito muito bom dia. Muito bom dia senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária senhores Vereadores, senhora Vereadora, distintos membros desta Assembleia Municipal eleitos e, naturalmente, Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, cumprimentar também quem nos acompanha e nos apoia na logística desta sessão da Assembleia Municipal, porventura, algum público que também nos esteja a acompanhar nesta sessão. -----

De facto, esta é a sessão que antecede a um período de férias, em que tendemos todos a diminuir a nossa atividade e a olhar para as questões de uma forma menos intensa. Ainda assim, o que nos traz aqui, são assuntos de interesse comum à nossa comunidade, naturalmente com diferentes dimensões e com diferentes visões. -----

Queria começar por dar alguns apontamentos ou, sobretudo, contribuir dando alguns contributos e alguns esclarecimentos da minha visão sobre aquilo que é a segurança e pegando logo na primeira intervenção feita pelo senhor Membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, do PSD, que nos trouxe aqui um tema importante, relevante e como sabemos todos, é uma das dimensões da soberania do Estado Português. Contudo, devo dizer que não o acompanho nessa visão problemática ou de dificuldade do País, porque se nós lermos todos os relatórios internacionais e nacionais na área da segurança sobre aquilo que é a criminalidade nas suas multiplicidades, nas suas dimensões, nas questões mais graves ou menos graves, enfim, salvo a questão da violência doméstica e ponho aqui esta questão que já tratarei a seguir, curiosamente não tocou na questão da violência doméstica. Dizer que nas dimensões todas, pese embora, possam haver episodicamente algumas questões, enfim, de criminalidade, a informação de que eu disponho e a qual tive acesso, muito da informação é de memória, como perceberá, mas a informação que nós temos a nível nacional, é que, de facto, a situação do Estado Português a nível de segurança poem-no no “*top ten*” dos países a nível mundial. Portanto, significa que sendo uma matéria que merece a atenção de todos e naturalmente de todo Governo, nomeadamente na área da Administração Interna, mas também das forças policiais e também dos organismos que tratam das matérias de segurança. Portanto, têm que acompanhar estas dimensões, seja na dimensão da prevenção, seja na dimensão do combate. -----

A verdade, é que me parece que não é uma questão das mais centrais da nossa vivência em sociedade, fazendo um zoom e declinando essa questão a nível regional, numa dimensão distrital e numa dimensão local a informação que foi partilhada comigo há 2 ou 3 meses pelo senhor Comandante da PSP de Vila Real, é que a criminalidade no Distrito era baixíssima, muito mais baixa que a média nacional em todas as dimensões e que, no caso particular de Chaves, ela ainda era mais baixa que no Concelho de Vila Real, porque a PSP só trata das questões de criminalidade de incidência urbana, no caso concreto de Vila Real e Chaves, deixando naturalmente as outras dimensões para a Guarda Nacional Republicana. -----

Portanto, não era uma questão de preocupação emergente, no entanto, verdadeiramente temos todos com diferentes responsabilidades, como saberá, é uma matéria sobretudo da Administração Central, ainda que os Municípios tenham um Conselho Municipal de Segurança no âmbito do qual se vai avaliando, se vai acompanhando, se vão estabelecendo políticas ao nível Municipal que possam contribuir para uma resposta mais adequada desejavelmente ao nível da prevenção, seja nas questões relacionadas com alguma violência que possa haver junto das zonas escolares, enfim, dentro dos próprios estabelecimentos escolares. Nas questões mais relacionadas com os espaços tradicionais de diversão noturna nas zonas residenciais é uma matéria que nós acompanharemos com muita atenção, aliás, estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

acompanhar. É verdade que episodicamente e no início deste ano houve no Concelho de Chaves algumas situações reportadas pela comunicação social de pequenos furtos, assaltos sobretudo a estabelecimentos comerciais. Foi-nos dito que isso estará, eventualmente, associado à questão mais importante que tem a ver com a questão do consumo e tráfico de estupefacientes e, que sempre que há alguns consumidores mais habituais e que também se financiam através de pequenos furtos e são colocados em liberdade, há sempre aí uma pequena onda de assaltos, neste momento, o que nos foi dito, é que a situação está mais estável. De qualquer das formas, ainda que a incidência da criminalidade seja baixíssima, baixíssima e é mesmo este o adjetivo que quero usar, ainda assim, naturalmente merece a nossa atenção. -----

Mas, queria neste particular, dizer que nos preocupa muito aquilo que tem a ver com a violência de género, é algo que nos preocupa em particular, porque se há algumas áreas em que se vem assistindo a uma diminuição da criminalidade, a verdade, é que no âmbito da violência doméstica a situação continua a exigir uma atenção muito particular. Portanto, queria dar nota de que o Município de Chaves vai participar e vai assinar, penso que já na próxima semana, digamos, vai integrar uma rede Distrital no intuito de estabelecer uma rede de prevenção e intervenção de violência doméstica em contextos familiares na comarca de Vila Real, isto, porquê? Porque de acordo com a informação disponível, 11% das ocorrências no que diz respeito à violência, são da violência doméstica. Portanto, é, na minha perspetiva, uma das dimensões da violência da criminalidade que merece melhor e mais atenção, ainda que reconhecidamente os Municípios não sejam as entidades que tenham principais responsabilidades, naturalmente que temos a obrigação de acompanhar, de participar e de contribuir nas dimensões da identificação, da sensibilização, da rede de suporte do apoio social, enfim, naturalmente mobilizando recursos existentes e estando em rede, naturalmente contribuindo para uma resposta mais assertiva e mais capaz. -----

Quanto à questão última, e que, de alguma forma, é uma interpelação e é uma pergunta que foi feita relativamente às instalações da PSP, todos sabemos ou grande parte de nós sabe que as instalações da PSP são num edifício municipal, o edifício municipal cedido há muitos anos, pese embora, ainda não se tenha descoberto o documento título, sim, o contrato que fez essa cedência, nós andamos ativamente a procurá-lo, ainda não conseguimos encontra-lo, mas sim, é verdade que, de facto, há muitos anos, houve uma cedência, um comodato, um empréstimo por parte do Município, penso que foi num dos mandatos do malgrado falecido Presidente Eng. Branco Teixeira que terá sido cedido aquele edifício. -----

A verdade, é que há muitos anos que existe a expectativa e eu diria mesmo a necessidade de se fazer uma requalificação daquele edifício no sentido de o adequar àquilo que são as novas exigências da Polícia de Segurança Pública e também uma melhoria das condições de conforto e das instalações, não só na perspetiva dos próprios, enfim, dos agentes e oficiais, mas também do público que o usa ou visita, porque, como sabemos todos, a PSP desenvolve um trabalho de interesse público e todos aqueles que têm que interagir e que nas diferentes dimensões têm que se deslocar às instalações da PSP, têm também que ser adequadamente recebidos. Portanto, têm sido desenvolvidas algumas diligências junto do Ministério da Administração Interna no sentido de evidenciar não só com fotografias, mas também numa visita que foi feita ao local pela Direção Nacional da PSP acompanhada pelo senhor Comandante da PSP, no local, percebemos que, de facto, o edifício precisa de uma intervenção urgente, sobretudo ao nível da cobertura, porque tem alguns problemas, eu diria quase estruturais ao nível da cobertura, mas também é verdade que tem problemas de conforto térmico muito importantes e tem problemas na rede de água e na rede elétrica, também a precisarem de uma requalificação urgente, precisa de uma redefinição funcional do espaço isso, é verdadeiramente reconhecido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Procuramos que, no âmbito daquilo que é o mapeamento dos edifícios das Forças de Segurança a nível Nacional, possa ficar com prioridade, com o máximo de prioridade. De qualquer das formas, queria partilhar com vocês, que uma das primeiras iniciativas que já foi feita, dissemos que estaríamos disponíveis, o Município de Chaves estaria disponível para fazer um contrato Interadministrativo no sentido de poder desenvolver o processo de contratação do projeto e também da empreitada, mas com os recursos financeiros transferidos pelo Governo, isso ficou em equação. Entretanto, foi já publicitado um procedimento para contratação dos serviços de elaboração do projeto para a requalificação do edifício de Chaves e da construção de um edifício para a PSP em Vila Real e, portanto, aguardamos naturalmente que esse projeto se desenvolva, se concretize. Numa primeira fase que, verdadeiramente, seja possível contratar uma equipa de projetistas para fazer o projeto, eu devo dizer que tenho algumas dúvidas que o valor seja suficiente para contratar a equipa projetista, fica aqui esta minha manifestação de dúvida. De qualquer das formas, é um processo que nós acompanhamos e que naturalmente desejamos que possa ter, agora, um desenvolvimento, porque é verdade que há muitos anos que todos ambicionamos por condições mais dignas, não só para os profissionais da PSP, mas também para todos os cidadãos que têm que interagir com esta força de segurança. Queria também dizer o seguinte, e perdoem-me esta afirmação, eu estava ali a ouvir atentamente as várias interpelações, as várias intervenções que foram feitas e dei por mim a pensar o seguinte, será que está tudo bem no Concelho de Chaves que não suscita nenhuma intervenção e que todas as intervenções feitas tenham a ver com política nacional? Eu acredito que não. Eu acredito que há muitas questões de âmbito local que mereceriam algum debate e alguma discussão pública, mas se pensarem bem, a maior parte das intervenções, enfim, salvo a intervenção da senhora Deputada Municipal, Melissa Lopes, do PS, todas as demais centraram-se em discussões de âmbito nacional, política nacional. Portanto, se as questões de âmbito local não merecem grande preocupação, enfim, numa lógica de dedução, entendo eu que, afinal, não há grandes problemas a nível local e está tudo bem e, de facto, desejavelmente, esta gestão autárquica merece continuar a liderar este Concelho. Enfim, foi apenas uma reflexão momentânea, uma reação momentânea que eu tive, porque se perceberem as questões focadas, salvo uma matéria particular que foi suscitada pelo senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, da CDU, sobre a questão do Conselho de Administração, mas que, ainda assim, é de âmbito nacional, diria que todas as questões que foram aqui interpeladas, suscitadas, refletidas e partilhadas têm muito a ver com política nacional. -----

Queria agora olhar e dedicar alguma atenção e algumas palavras à intervenção do senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer que quanto às considerações que fez relativamente às razões ou falta delas para esta indefinição das lideranças quer no Centro Hospitalar quer no Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, posso partilhá-las consigo, são as minhas, já as expressei de viva voz. De facto, não percebemos, não entendemos as razões pelas quais este processo não está concluído, salvo esta razão que eu identifico, que é, porventura, estar na calha um processo de reorganização do próprio Centro Hospitalar e isso, de alguma forma, implicar também ou contender de alguma forma com aquilo que possam ser os mandatos ou as comissões de serviço dos respetivos dirigentes, quer hospitalares, quer dos cuidados primários e, porventura, se estiver a ser desenhado algum modelo, alguma solução orgânica, mas também de liderança a nível dos dirigentes, quiçá, considerem mais adequado fazer um compasso de espera, não tenho essa informação, é apenas uma reflexão pessoal, individual, não é mais que isso. -----

Devo dizer que se diz, “Vox Populi”, que durante o mês de julho, início do mês de julho, será designado o Conselho de Administração do Centro Hospitalar e resolvida em definitivo uma questão absolutamente crítica que o é: Não é aceitável, e digo com todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

as palavras, não é aceitável que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar tenha, hoje, apenas 2 vogais, os quais terminaram o mandato. Portanto, é inaceitável. Esta questão foi transmitida ao senhor Ministro da Saúde, que era inaceitável, e esta situação, podia levar a que qualquer cidadão concluísse que se não há Conselho de Administração e se não há Direção Clínica durante tanto tempo, das duas uma, ou ela não é necessária, não é necessária e as organizações de uma forma inorgânica se gerem, eu não compartilho de todo com essa visão, porque entendo que qualquer organização precisa de liderança firme, forte e esclarecida, ou então, verdadeiramente o que está a acontecer, é um prejuízo para a própria organização e o seu normal funcionamento e, no limite, para os próprios utentes dessas unidades de saúde. Foi dito de forma clara e sem meias palavras, é isto que pensamos, é isso que dizemos, foi isso que transmitimos e é, isso que vamos continuar a dizer. Veremos se este mês de julho nos traz notícias, porque se não trouxer notícias, vamos dizê-lo de forma pública e notória, porque eu entendo sempre, como no passado, que primeiro temos que dizer o que pensamos de forma mais ou menos privada, depois, di-lo-emos de forma pública. Depois queria dizer também e não divirjo muito dos adjetivos que fez, enfim, identifico-me com muitos deles, porque entendo que é inaceitável e não é possível continuar nesta situação. Entendo que num processo de transição é compreensível que sejam dois meses, três meses, um mês e meio, enfim, agora com este lapso temporal, quer no Centro Hospitalar, quer no ACES do Alto Tâmega e Barroso, parece-me inaceitável, ao mesmo tempo, também vou dizer que já tentámos saber mais, procurámos saber mais sobre aquilo que está em estudo ou em avaliação ou em construção, que é uma alteração do modelo organizativo e de gestão do Centro Hospitalar. ----- Já dissemos que gostaríamos muito de conhecer a proposta, porque entendemos que não devemos fazer juízos de valor nem considerações sem conhecer a proposta nas dimensões, organizativas, económicas, financeiras, funcionais, clínicas de portfólio, de serviços de saúde, enfim, aquilo que tem a ver com a essência e a razão de ser de qualquer serviço de saúde. E, portanto, neste momento, vai-se dizendo que está em construção uma alteração do Centro Hospitalar para uma Unidade Local de Saúde e a minha pergunta é, que Unidade Local de Saúde? Que postuladas para essa Unidade Local de Saúde? Que meios financeiros, que meios humanos e também que serviços ou carteira de serviços de saúde serão contratualizados? Isso é muito importante para que a discussão seja feita, porque, verdadeiramente, os modelos organizativos em si mesmo não me dizem nada, nem o Centro Hospitalar nem a ULS, nem outro qualquer modelo, mas sim, aquilo que são os recursos e também um plano, um plano estratégico, mas particularmente um plano de ação. Percebemos de uma forma informal a informação, presumo que a fonte seja a mesma, vamos sabendo são sempre através dos profissionais de saúde, neste caso da Unidade Hospitalar de Chaves, de que haveria uma dificuldade em dar resposta a todos os períodos da escala da urgência médico-cirúrgica no que diz respeito à componente pediátrica e foi-nos dito que haveria alguns períodos, não sei se cinco, se seis, se sete, não sei se durante o mês de julho. Naturalmente que já transmitimos essa preocupação, eu diria, ao Conselho de Administração que resta, esperemos que possam encontrar uma solução, mas, ainda assim, sabemos e conhecemos que as soluções que têm sido encontradas, sobretudo, para as Unidades de Saúde mais distantes dos grandes centros, têm sido numa lógica da prestação de serviços gerais, tarefeiros, parece-me que é uma solução inadequada, imprópria e que não garante a estabilidade das respostas nos respetivos serviços. Portanto, o que nós temos que fazer não é apenas, na minha opinião, peço desculpa, melhorar as condições remuneratórias dos profissionais de saúde ainda que seja necessário, não queremos naturalmente que a discussão seja uma questão de discussão das condições remuneratórias do estatuto remuneratório dos profissionais de saúde, particularmente dos médicos que essa discussão fosse mais abrangente e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

se pudesse de uma vez por todas perceber quais são estas causas para este estrangulamento, porque a falta de recursos humanos, particularmente médicos, não é apenas, também é, mas não é apenas remuneratória e por aqui me fico e naturalmente que podemos discutir este assunto noutra momento. No que respeita à intervenção do senhor Deputado Municipal, José Pimentel, do PSD, dizer que nos veio aqui fazer a sua visão sobre aquilo que é política nacional. Portanto, uma visão sobre aquilo que na perspectiva do senhor Deputado são, enfim, os pecados, as insuficiências de uma gestão, de um governo do PS e não vou discutir muito o argumentário, podê-lo-ia fazer se, porventura, estivéssemos na Assembleia da República. Eu teria muitas coisas para dizer sobre esta matéria, diria muitas e faríamos aqui uma discussão muito intensa, sobre isto, apenas direi que todas estas questões são de política nacional, percebo e entendo a sua posição e a sua interpretação, divirjo dela não tenho a mesma opinião sobre isso, mas queria, ainda assim, dizer que o facto de não trazer nenhuma questão de âmbito local, significa que no essencial as questões são do seu agrado. Portanto, quando todos estão de acordo, até eu me preocupo, mas de qualquer das formas, enfim, fica essa nota. -----

Depois dizer que não vou fazer essa discussão sobre quem é que empobreceu o País, quem é que incentivou a emigração, quem, porventura, aumentou a carga fiscal, quem verdadeiramente não olhou para as questões sociais, quem não melhorou as condições remuneratórias, enfim, não vou fazer essa discussão de forma nenhuma, nem vou, por exemplo, fazendo uma aplicação "*mutatis mutantis*" à realidade local, o tempo em que o PSD governou o Concelho de Chaves em comparação com o Governo Nacional do PS e o que é que isso significou, não vou entrar por essa discussão, porque isso levar-nos-ia a discussões muito demoradas e com certeza divergentes, porque temos visões diferentes da sociedade e da sua organização. -----

Mas, ainda assim, dizer que há algumas matérias que referiu que na minha perspectiva são boas decisões. Por exemplo, decisões que têm a ver com a questão da habitação, são boas decisões, podemos, eventualmente, identificar um ou outro aspeto de melhoria em todo o processo, todo o processo naturalmente permitirá ser melhorado e corrigido, mas digo-lhe que a questão do PRR e os investimentos todos que estão a ser desenvolvidos, por exemplo, só no Concelho de Chaves, permitirá que o investimento supere os vinte milhões de euros, apenas no Concelho de Chaves em resultado do financiamento de PRR, em várias dimensões, na área social, na área da energia, e não só, também lhe queria dizer que na área de habitação vai permitir recuperar muita habitação social, por exemplo, recuperar o Bairro Verde. Portanto, já há muitos anos, é um Bairro que terá seguramente mais de quarenta anos ou cerca de quarenta anos, e a verdade é que é, provavelmente, o edificado social mais degradado. Também é preciso dizer que uma parte significativa do Bairro Verde ou Bairro dos Fortes é de natureza privada, já é propriedade privada. Portanto, dizer que estaremos disponíveis, estamos disponíveis, estamos a acabar o projeto, o projeto relativamente à recuperação, à requalificação, melhor dito, do Bairro dos Fortes. -----

Como sabem, já foi feita uma intervenção no edificado das moradias, estamos a preparar uma grande intervenção, complexa, demorada, onerosa, muito onerosa, no Bairro Verde e, muito provavelmente, abriremos, ainda este ano, um concurso público para execução dessa empreitada, uma empreitada que vai importar em vários milhões de euros e desejavelmente será financiada pelo PRR. Portanto, dizer que tenho uma opinião bastante distinta da sua relativamente ao PRR, tenho uma opinião muito distinta da sua relativamente à habitação e entendo que as medidas que foram tomadas quer no que diz respeito à dotação de muitos milhões de euros para a requalificação de edificado social, mas também para a construção de habitação a renda acessível. Posso dizer que, neste momento, já estamos a fazer quatro moradias para a renda acessível, vamos fazer mais, ainda estamos nesse processo, dar-lhe-emos nota no momento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

oportuno, partilharemos com vossas excelências tudo o que está a ser feito, mas se olharem para aquilo que são, digamos, os documentos previsionais, isso está lá, não há nenhuma dúvida. Portanto, basta que consultem estes documentos ou que, porventura, de vez em quando consultem alguns avisos que vão saindo em Diário da República e, por outro lado, também queria lhe dizer que me satisfaz muito o facto de o salário mínimo ter subido tanto nos últimos anos. É, de facto, uma bandeira do Partido Socialista. -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e os senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores. Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara que é a seguinte, há dias acompanhei uma turma ao MACNA, saí de lá, saímos de lá defraudados com o que vimos. Quem, como eu, já entrou várias vezes no museu à medida que vou entrando naquele museu, vejo que cada vez está pior. E pior porquê? Porque entra-se no MACNA que tem o nome de Nadir Afonso, nós não vemos lá nada, praticamente nada do Nadir Afonso, eu já ponho em questão mesmo se vale a pena chamar-se Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. Eu gostaria realmente de saber qual é a ideia que temos para o futuro, porque a continuar assim, estamos sempre a ser mal interpretados, porque vir a Chaves com aquela coisa de que vamos ver obras de Nadir e vamos ver a obra Siza Vieira. E depois só vemos obra de Siza Vieira, não vemos obras Nadir Afonso? Se calhar, teremos de repensar esta situação, ter um museu com o nome de um pintor em que praticamente não se encontra no museu nada dele? Acho que temos que repensar esta situação, era só isso. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Muito bom dia. Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, ao senhor Secretário, e à senhora Secretária, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, aos digníssimos membros desta Assembleia e também, naturalmente, ao público presente. Já me estava a sentir defraudado, porque tinha preparado este assunto e estava a ver que ninguém o ia suscitar, de facto, é verdade que me sentia de alguma forma defraudado, porque trago aqui alguma informação já para partilhar, e era estranho, porque há para aí um site que tem essa informação e eu achava que não vinha cá ninguém falar, mas, afinal, parece que o meu espião na sede do PSD funciona, parece que funciona. Portanto, queria falar sobre a Fundação Nadir Afonso e, se calhar, fazer aqui alguma história sobre a Fundação Nadir Afonso, que era para ser Fundação e deixou de o ser e nunca o foi. Queria começar por algumas das intervenções que foram sendo feitas nesta Assembleia Municipal no ano de 2015. Se nós tivermos o cuidado de consultar as atas da Assembleia Municipal de 25/02/2015, também a de 29/04/2015, também a de 13/04/2016 e mais tarde também a 21/12/2016, perceberão que, de facto, as suas palavras encaixam que nem uma luva na estratégia do PSD, à data, da gestão deste processo, vai perceber que isso é que encaixa mesmo nessa abordagem, porque, verdadeiramente, falar do projeto Nadir Afonso para Chaves é falar de um projeto mal preparado, mal estruturado e mal desenhado. Porque, verdadeiramente, o que se fez, foi, antes disso, recordar-se-á que havia a ideia, e bem, de se fazer um equipamento cultural dedicado ao Mestre Nadir Afonso para que a sua obra, também a sua memória, a sua vida, mas também o seu ensinamento pudesse ficar para futuro e pudesse contagiar os flavienses e pudesse ser um Pólo de atracão cultural e eventualmente turístico para o Concelho. Isso era feito numa lógica de que o edifício seria construído pelo Município, cujos encargos financeiros ainda estamos a pagar através de um empréstimo, é importante dar esta nota aqui, mas também dizer que à data era suposto ter sido estabelecido um acordo, um acordo que nunca foi feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de uma forma que lhe introduzisse segurança jurídica. E, portanto, aquela ideia de que a gestão do Museu seria feita pela Fundação, nunca se concretizou e gorou-se. E, portanto, com base nesse alinhamento, nessa definição, nesse projeto e nessa ambição, o que aconteceu, é que o Município em 2016, quando inaugurou este projeto importante do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, não tinha ideia, não tinha projeto, não tinha solução e fez-se uma inauguração sem nenhuma visão, pois bem, o que é que se fez desde essa altura até hoje? O que nós procurámos e procuramos fazer com o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, ainda que saibamos todos e eu também que, de facto, será sempre um equipamento que na perspetiva económica/ financeira nunca será sustentável, jamais, sabemos-lo todos, não é o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso como não são os Museus de âmbito regional e de âmbito nacional que são por definição sempre deficitários e que só têm atividades que são financiadas ou a fundos públicos ou em muitos casos por fundos privados de mecenas e que, de facto, permitem o seu funcionamento. No caso concreto do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso o que se procurou fazer, foi integrá-lo numa rede de museus de arte contemporânea, primeiro numa lógica regional e depois numa lógica nacional, naturalmente garantindo não só que existem sinergias conjuntas para que haja partilha de experiências e de conhecimentos e possa haver também diferentes portas de entrada para este Museu e, ao mesmo tempo, também estabelecer parcerias quer com entidades públicas e outros museus, quer com fundações que têm coleções nacionais muito importantes, para que aquilo que é a atividade normal do Museu de Arte Contemporânea, no que diz respeito às exposições, pudesse ter uma redução naquilo que é o custo de cada exposição. Cada exposição, em média, custa entre 40 000,00 euros a 50 000,00 euros por exposição. O que nós temos procurado fazer através de parcerias com outras entidades, é que os preços médios da exposição que possam situar-se sempre entre os 20 000,00 euros e 30 000,00 euros, que é isso que custa uma exposição e naturalmente diminuindo o custo, o custo que acrescenta àquilo que vocês sabem que é o custo do financiamento, ainda, do pagamento do empréstimo, tem a ver também com o custo da vigilância que é 24 horas, 365 dias por ano, da questão da climatização que é uma questão absolutamente essencial para o museu e, portanto, para todas as despesas que fazem com que os custos com o funcionamento, ou seja, os custos anuais com este Museu andem sempre acima dos 400 000,00 euros, quiçá, acima dos 500 000,00 euros ano. É isso que temos feito, temos procurado credibilizar também a oferta, melhorar o site deste Museu, integrá-lo com outros a nível nacional. Já foi contratado pela segunda vez um “Diretor” para o Museu de Arte Contemporânea e naturalmente procurando sempre ter exposições e tivemos-las sempre, as exposições que têm acontecido no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso são sempre exposições de primeiro nível e são sempre de pintores importantes no panorama nacional, contemporâneos ou não. Está neste momento em preparação para ser inaugurada já no dia 11 de agosto uma exposição sobre Nadir Afonso que se vai chamar os “Lugares de Nadir”. É uma exposição que vai ser organizada com a curadoria de Óscar Faria e tem naturalmente o objetivo de dar a conhecer a todos os visitantes, e desejavelmente gostaríamos que fossem mais, aproveitamos também para convidar todos os senhores membros desta Assembleia Municipal que quando existam inaugurações estejam presentes, curiosamente nunca vi o senhor membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, em nenhuma dessas inaugurações, pelo menos nos últimos anos ou pelo menos durante o tempo em que sou Presidente da Câmara, portanto, fica convidado para assistir já a esta próxima exposição no dia 11 de agosto e que será com todo o prazer que teremos esta exposição que vai dar a conhecer aquilo que é a visão, aquilo que foi a visão do mestre Nadir Afonso dos diferentes lugares que teve o privilégio de percorrer e que estão neste momento imortalizados em muitas das suas telas e, portanto, dizer-lhe que, naturalmente, esta é a nossa visão. Percebo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

queira vir cá com uma ideia de que o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso não é cuidado, que é descuidado, que não tem neste momento obras de Nadir, mas como já se percebeu, está a ser ultimada mais uma exposição e as exposições têm que ser renovadas, têm que ser alteradas e, portanto, é isso que nós fazemos e é natural que num determinado período de alguns meses possa não haver exposição, mas é com o intuito de preparar uma nova e uma nova com uma nova abordagem, permitindo um novo olhar sobre toda a obra do Mestre Nadir Afonso e naturalmente suscitando o interesse. Porque, como todos sabem, se estiverem sempre as mesmas telas, isso naturalmente não suscita interesse, isso não é um motivo, não é um motivo interessante para quem queira visitar este Museu, mas devo dizer que Chaves não tem apenas o Museu Nadir Afonso, tem outros Museus. E, portanto, tem tido a capacidade de poder atrair mais públicos e mais população, seja o Museu das Termas Romanas, seja o Museu da Região Flaviense, seja o próprio Castelo e gostaria de partilhar com Vossas Excelências alguns números sobre turismo. De facto, quando o membro desta Assembleia Municipal vem aqui com esta visão, porventura, e são palavras minhas não são palavras suas, dar a ideia de que a projeção turística, a capacidade de atracção do Concelho de Chaves no domínio dos museus é diminuta. Devo dizer-lhe que está perfeitamente enganado sobre os museus, mas eu gosto de olhar para os museus todos. Eu sei que só fala do que quer, mas eu também falo do que quero e, portanto, dizer-lhe que estamos também a preparar uma solução que possa congregiar sinergias para que todos os museus e também, o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso possa beneficiar com isso, fazer um bilhete único para que, efetivamente, toda a rede dos museus do Concelho de Chaves possam, por esta via, ter um contágio positivo, porque temos a certeza absoluta que o museu que mais capacidade de atracção tem, é, como todos sabem, o Museu das Termas Romanas, mas também o Museu Militar, de facto, são os dois museus que mais turistas atraem. Portanto, vamos tentar fazer esse contágio, vamos incrementar a rede de museus de arte contemporânea. Agora, dizer-lhes claramente, a cultura é um grande desafio e particularmente a cultura naquilo que é a área de intervenção do Museu de Arte Contemporânea. É um desafio maior porque verdadeiramente, e vão ficar chocados com o que eu vou dizer, ninguém vem de Bruxelas ou de Lisboa a Chaves apenas para ver o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, temos que juntar mais motivos de interesse, temos que ter uma capacidade de poder ter mais um produto turístico, mas, felizmente, isso tem vindo a acontecer, mais robusto, mais eclético para que as pessoas possam fazer tudo, visitar museus, visitar o território, conhecer a gastronomia, enfim, usufruir da nossa beleza natural. Mas, ainda assim, dizer-lhes que gostaria de partilhar com os senhores membros desta Assembleia Municipal, e eu acho que já o fiz, mas nunca é demais afirmá-lo, no ano de 2022 nós tivemos 203 000 mil dormidas que compara com o melhor ano de sempre que tinha sido o ano de 2019 com 183 203 mil dormidas que compara com o melhor ano que foi o ano de 2019 por exemplo, no ano de 2017 foram 143 000 mil. Só queria deixar esta comparação para dizer claramente que a dinâmica é boa e não é má. Muito obrigado. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 26 DE ABRIL DE 2023. -----
A Ata número dois, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 26 de abril de 2023, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----
Oito Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----
A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.
Nos termos regulamentares, a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos da Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Muito bom dia, novamente. Vou colocar duas questões: A primeira; na discussão da campanha eleitoral, e está presente o senhor Vereador, Francisco Tavares, foi posta a questão se o reescalamento da dívida viria a ter dificuldades se houvesse uma subida marcada das taxas de juros. Não tenho nenhuma má intenção, é apenas o que se vê e em que medida a subida inaceitável por parte do Banco Central Europeu das taxas de referência e o anúncio de que vão continuar a subir, face a isto, a Câmara tem um cálculo e como é que isso vai ser acomodado em termos financeiros? A segunda questão; se há a noção, falando das questões locais, que 42% dos médicos do ACES do Alto Tâmega têm mais de 60 anos e a catástrofe que se avizinha perante a instabilidade atual dos médicos mais jovens e a importância de os médicos de família serem médicos de família ao longo de um período longo, estamos a assistir a um período que vai se instalar nos próximos meses. Já está em cima da mesa, 40% dos médicos em catadupa se reformarem, aqui, no nosso ACES do Alto Tâmega. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse:
Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Membros eleitos desta Assembleia Municipal, funcionários de apoio ao serviço, comunicação social, se presente, e demais público, bom dia a todos. Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista gostaríamos de salientar um ponto na agenda do senhor Presidente, designadamente, no passado dia 24 de maio, saudando a apresentação à comunicação social do projeto municipal de recolha seletiva de bio resíduos do Concelho de Chaves. Na verdade, segundo o último relatório do estado do ambiente, estima-se que em Portugal cada português produza 1,4kg de resíduos por dia. Resíduos que, na sua maioria, 56% vão para o aterro e que 37.4% destes resíduos são bio resíduos. No Município de Chaves estima-se que a produção anual de bio resíduos seja na ordem das 7000 toneladas por ano, ou seja, aproximadamente 186kg por pessoa por ano. Fazer uma correta separação dos bios resíduos torna-se essencial para a redução do desperdício alimentar, redução dos resíduos que são depositados em aterro e aumento da sua reciclagem com a conseqüente criação de energia verde e composto orgânico. É, portanto, essencial promover programas e compromissos que salvaguardem as gerações futuras e potencializem a transição para padrões de produção e consumo que minimizem o uso de recursos naturais e materiais tóxicos. Saudamos, assim, a apresentação deste projeto municipal de recolha seletiva de bio resíduos do Concelho de Chaves, aprovado pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Este projeto irá abranger inicialmente dez freguesias urbanas e confinantes do Concelho, num processo gradual que esperamos que possa chegar a todas as freguesias nos próximos anos. Com a adesão a este sistema de recolha cada habitação recebe um recipiente de deposição de 7 litros e os setores do comércio, serviços e restauração um de 120 litros para proceder ao transporte de resíduos até aos cerca de 400 contentores de tampa castanha devidamente identificados com abertura magnética que estão espalhados pelo município. Terminamos, salientando vários projetos municipais que, para além deste que salientei, promovem a sustentabilidade ambiental, aumentam a eficiência energética, diminuem o impacto ambiental, a pegada de carbono e fomentam a descarbonização, entre eles, a rede urbana de geotermia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

projeto que usa a elevada temperatura das nossas águas termais para aquecer edifícios públicos e privados, a eficiência hídrica com remuneração por desempenho, um projeto de eficiência hídrica que prevê reduzir as perdas de água na rede de abastecimento do Concelho e poupar 2.3 milhões de euros e o programa uma nova cidade para todos, ação, que em matéria ambiental, prevê a plantação de novas espécies de árvores contribuindo para a descarbonização e redução do CO2, a criação da comissão de acompanhamento para a gestão e planeamento comum da bacia hidrográfica do Tâmega, as ações de limpeza das margens e do leito do Rio Tâmega, a colocação de novos contentores de resíduos urbanos, a iniciativa hora do planeta e a campanha de sensibilização, “vamos fechar a torneira à seca”. Hoje, congratulamo-nos por termos um executivo municipal que promove uma cidade amiga do ambiente, comprometida com a sustentabilidade ambiental e com o bem-estar das futuras gerações, em nome de todos os eleitos socialistas, o nosso muito obrigado. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Mais uma vez cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal e do senhor Presidente da Câmara. Eu estive a ver a informação do Senhor Presidente, e não há dúvida nenhuma que, de facto, fiquei bastante satisfeito pela série de reuniões em que tem estado presente com as mais altas entidades do Governo, começando pelo Senhor Ministro das Infraestruturas, João Galamba, com a presença do senhor Presidente da CCDR-Norte, etc, etc, etc. A pergunta que lhe coloco é sobre o programa Connecting Porto & Norte, reuniões ocorridas no dia 17 de maio, depois, no dia 18, nova reunião de trabalho com o senhor Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência, Pedro Dominginhos, e também sobre o desenvolvimento do financiamento anunciado do PRR. Foi para analisar o conjunto de preocupações, constrangimentos e dificuldades inerentes ao processo de execução em Chaves? Depois, novamente em Lisboa, dia 22 participação na reunião de trabalho promovida pela Senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, para abordar um conjunto de questões relacionadas com a execução dos projetos, outra vez do PRR nas áreas de acolhimento empresarial que contou com as presenças do Secretário de Estado do Planeamento, Eduardo Pinheiro, da Secretária de Estado do Desenvolvimento, Isabel Ferreira e do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Ordenamento Territorial, Carlos Miguel, em Lisboa. Depois, teve nova reunião, aqui, em Chaves com o Senhor Presidente da CCDR - Norte, precisamente noutro programa, já não o PRR, mas sim o 20/30. Eu, sobre isto tudo, gostaria que, de facto, o senhor Presidente me dissesse o seguinte: que obras e que projetos estão mais ou menos destinados para nosso Concelho? Porque, o facto de acabar de ter dito aqui que o PRR foi muito bom e é bom, deixa-me dúvidas e preocupa-me, mas não sou só eu que me preocupo com o investimento e com as obras do PRR e até com a sua execução, começa logo pelo Senhor Presidente da República, porque ele próprio está preocupado e já o manifestou várias vezes através da comunicação social que tem algum receio que este Governo não tenha a capacidade suficiente para investir as verbas que acabaram de ser reforçadas há pouco tempo do PRR. Era isso que eu queria saber. Porque, dentro disto, a nível local, eu tenho muito pouca informação, por isso, a razão que me leva a perguntar-lhe, porque há coisas que, se calhar, devia saber e não sei! Por isso, estou aqui e quero saber. O que é que o senhor Presidente tem para nos dizer em prol do 20/30? Que projetos já destinados e que tenham pelo menos a garantia que há a intenção de os realizar em Chaves? E do PRR, na mesma. Era isso que eu lhe queria perguntar. Muito obrigado. -----
Só lhe queria dizer outra coisa senhor Presidente, vou aproveitar o tempo, porque nunca tenho tempo. Eu fiz uma promessa quando o senhor Presidente ganhou as eleições, que durante 2 anos não ia falar em Chaves. Mas não se esqueça que tenho tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

anotado e vou começar a falar de Chaves quando eu entender, não é quando o senhor quiser que eu fale, eu primeiro respondo por mim, mas o que fizer de bom eu digo que fez bem, é isso que me interessa. O que fizer de mal, terá que ser criticado, por conseguinte, ou pelo menos ser merecedor de reparo. É esta a minha intenção, agora não se preocupe, as coisas que andam mal, podem vir a ficar bem, vocês já tiveram crises idênticas, parecidas, tudo se resolve, o que eu quero, é uma coisa, é o bem da minha terra e desejo-lhe muita felicidade e muita sorte para que o senhor Presidente faça o melhor possível por Chaves! Porque se não o fizer! no primeiro mandato o senhor Presidente teve desculpas, era o primeiro mandato, e eu chamei-o à atenção, recorda-se? Publiquei aquelas coisinhas todas do seu programa, sabe que eu tenho boa memória, eu sei o que quero, eu sei o que quero. Por conseguinte, tem dois anos e a partir dos dois anos vamos conversar. Muito obrigado. -----

Encerrou este ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, distintos Vereadores e Vereadora, digníssimos membros desta Assembleia Municipal, enfim, esta reunião é mesmo pré-férias, já percebemos todos, é mesmo pré-férias, entende-se, porque a nossa vida deve ser feita de momentos de aceleração e depois de momentos de paragem, estamos provavelmente num desses momentos mais de paragem, porque é importante, o organismo também tem destas coisas, não é? Não pode estar sempre em exercício e esforço. E queria naturalmente saudar essa postura. É claro que eu olho para isto e fico todo vaidoso porque acho que estamos a governar bem, mas enfim, isso também depois pode ser mau, porque presunção a mais normalmente dá asneira. Deixando naturalmente estas considerações mais ou menos jocosas, dizer o seguinte: e começando por responder, não vou responder com números exatos, porque não os tenho de memória, mas vou procurar responder contextualizando e dando uma resposta que possa ser esclarecedora e também fundamentada sobre a questão da preocupação. Eu acho que resulta claro, enfim, qual foi a estratégia do município e deste executivo municipal naquilo que foi uma lógica de sustentabilidade económica/financeira do município, assentava e assenta ainda em 4 postulados ou 4 dimensões de eficiência. Uma delas era a eficiência financeira de que já falarei a seguir, outra delas é a eficiência de sistemas de águas e saneamento, outra delas é a dimensão da eficiência de gestão dos recursos humanos e, por último, era a dimensão da eficiência energética. Temos trabalhado nessas dimensões todas com diferentes graus de sucesso. Diga-se também, em abono da verdade que na dimensão da eficiência financeira ela está concretizada, tudo o que era suposto ser feito, fizemo-lo, está estabilizado e eu penso que é notório. Basta que nós queiramos consultar a prestação de contas de 2022 ou olhar para a informação financeira que foi reportada e foi distribuída aos senhores membros da Assembleia Municipal. Perceberão claramente que a nossa dívida total teve uma contração muito significativa. Nós teremos hoje uma dívida total que não chegará aos 19 000 000,00 de euros ou andar por esse valor que compara com 38 000 000,00 de euros, depois, dentro disso, temos aquilo que são as dívidas de médio e longo prazo, sobretudo, no caso, dívida bancária, mas também uma dívida, se bem se recordam que tem a ver com o acordo que fizemos por causa da água, fizemos um acordo a 15 anos para pagar o valor em dívida, a água que o município de Chaves devia às Águas do Norte, ela também está nessa informação e anda na ordem dos 3.8 milhões, ainda estamos a falar de dívida de médio e longo prazo, depois estamos a falar de dívida de curto prazo, enfim, ela oscila, vai variando de 1.5 a 2 milhões de euros. Enfim, não é algo que nos preocupe, porque a nossa tesouraria tem capacidade, neste momento, para dar resposta. Posso dizer que já estamos a pagar o mês de junho. Significa que é um bom sinal! dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

também que a redução ao nível dos encargos financeiros reduziu drasticamente nos últimos anos. Eu sei que isto é sempre difícil de ouvir, mas nós comparamos 1 000 000,00 de euros em 2017 com 80 000,00 euros ou 82 000 000,00 de euros em 2022. Agora, é verdade, sabemos a evolução daquilo que são as taxas de referência e, naturalmente, os nossos contratos não são e eu entendo que não devam ser a taxa fixa. Vão ciclicamente no momento das renovações que são de 6 em 6 meses, sofrendo atualizações e, portanto, naturalmente que a nossa taxa, a taxa global, a TAEG tem vindo a aumentar. Nós já tínhamos no momento da construção do orçamento para 2023 a expectativa, enfim, a informação de que haveria naturalmente uma subida daquilo que são as taxas de referência. E, por isso, se olharem para o nosso orçamento, já provisionámos o nosso orçamento com um valor muito superior àquilo que seria o valor da execução de 2022. Porventura, será insuficiente, de qualquer das formas, devo partilhar com todos os membros desta Assembleia Municipal que não é matéria que nos traga particularmente preocupados, nem que condicione a nossa gestão autárquica, porque, porventura, e agora vou fazer futurologia, estaremos a falar dum encargo que poderá andar entre os 270 000 000,00 de euros e os 300 000 000,00 de euros por ano, ainda assim, à dimensão da nossa dívida de médio e longo prazo que é, neste momento, cerca de 13 000 000,00 de euros a bancária, mais os 3.8 milhões de euros do contrato que nós fizemos e que está a ser pago ao BEI, mas esse, tem 10 anos, taxa fixa, portanto, esse aí está bloqueado e não vai ter nenhum contágio, provavelmente nos 10 anos, nenhum contágio pelo incremento da taxa de referência e, portanto, dizer que é algo que nos preocupa, mas não é uma matéria, como disse eu e afirmei em campanha eleitoral, não é nada que nos preocupe e não vai ser isso naturalmente que nos vai, na minha perspetiva, condicionar na execução de alguns investimentos, disse-o antes e digo-o hoje. Temos a intenção de avançar com um empréstimo para fazer a piscina coberta e continuamos a trabalhar nisso. Estamos a trabalhar no projeto na componente das especialidades, logo que as especialidades estejam concluídas, estaremos em condições de lançar a concurso para a piscina coberta, foi afirmado antes, é afirmada hoje, desejavelmente queremos fazer isso com alguns recursos próprios e também com empréstimo bancário. É isso que temos a intenção de fazer, pese embora a taxa que nós temos neste momento, dizem os especialistas tenderá a subir até ao final do ano e veremos depois se esta questão da inflação se teve alguma contração e a seguir assistimos a uma descida ou não. De qualquer das formas, é isso que está no nosso horizonte, é isso que está no nosso pensamento, é isso que estamos a pensar fazer. Depois dizer-lhe que sim, comungo da sua preocupação relativamente à idade dos médicos de medicina geral e familiar, não é um problema de hoje, é um problema que tem anos e mesmo quando eu estive na saúde, já nessa altura, em 2010, 2011 e 2012, esse mapeamento de recursos humanos também já dizia que havia uma parte significativa dos médicos de medicina geral e familiar que estariam para se aposentar, por que aconteceu antes mais do que agora, é que houve um conjunto de médicos que iniciaram funções exatamente no mesmo ano ou nos anos próximos. Agora o processo é mais faseado e essa é uma preocupação e terão que se encontrar soluções, essas soluções não sei se vão ser encontradas através daquilo que hoje de manhã na TSF se dizia, que o Ministério da Saúde estaria a preparar uma solução no sentido de alterar os modelos da organização a nível de saúde primária, designadamente dos modelos das USF's acabando com o modelo A e o modelo B e haver um modelo só e maior autonomia, e também, ao mesmo tempo, um incremento da remuneração de 30% dos médicos. Não sei se isso vai acontecer assim, se não, de qualquer das formas, é de facto uma preocupação. Não disse há pouco, mas digo-o agora. Como todos sabem, e isso é reconhecido e penso que o doutor Francisco Taveira, e vou citá-lo, reconhece que houve um investimento em termos de infraestruturas no hospital de Chaves muito significativo, é visível, é notório vai acontecer ainda mais, porque, entretanto, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

aprovado no âmbito do PRR uma intervenção muito importante na área da eficiência energética, eu não tenho a certeza, mas será de cerca de 3.6 milhões de euros para a unidade hospitalar de Chaves e, portanto, aí está um bom motivo para nós acharmos que o PRR é um instrumento financeiro muito importante, de qualquer das formas, sem recursos humanos qualificados, com estabilidade e a trabalhar de forma integrada e articulada, naturalmente que as respostas em termos de saúde não serão as mais adequadas. -----

No que respeita à intervenção da senhora membro desta Assembleia Municipal, Brigitte Bazenga, dizer que sabemos todos que a questão do ambiente será uma das dimensões mais importantes em termos de política pública, aliás, isso está patente e é visível daquilo que são as grandes opções políticas ao nível de política pública na União Europeia. Sabemos que uma delas é o digital, outra também tem a ver com as questões do ambiente e do clima e naturalmente temos todos que nos preocupar em todas as dimensões, no ar, na água, no ambiente e também naquilo que tem a ver com as incidências maiores ao nível do solo, procurarmos progressivamente fazer uma redução dos impactos negativos e todos nós sabemos que ao nível do que tem a ver com os resíduos, os resíduos globalmente considerados, nós sabemos que ainda há um trabalho muito importante para nós reduzirmos a produção dos resíduos. Temos que fazer mais reciclagem, isso é muito importante e desejavelmente fazermos mais valorização e, portanto, nessas dimensões temos a consciência que muito foi feito com a eliminação há cerca de 2 décadas daquilo que eram a queima de resíduos urbanos a céu aberto. Esse processo evoluiu de forma muito satisfatória, hoje os resíduos sólidos urbanos, globalmente, estão a ser tratados satisfatoriamente. Eles são feitos através de uma solução de deposição globalmente em aterro e com algumas soluções de incineração. Mas a verdade, é que nós precisamos de encontrar soluções que diminuam o volume de resíduos sólidos urbanos para destino final em aterro, só se consegue fazer isso naturalmente com redução. Utilizando menos plástico e isso é um processo sempre muito longo, mas também fazendo mais separação a nível daquilo que são as valorizadas do plástico, do cartão e do vidro. Por outro lado, fazer algo que agora se começa a fazer, e, de facto, este projeto de bio resíduos é muito importante, que é dar um destino diferente àquilo que são os resíduos alimentares e nessa perspetiva todos nós sabemos, todos temos consciência que há uma parte significativa dos resíduos alimentares, não só dos domésticos, mas também dos restaurantes que são colocados nos contentores dos resíduos sólidos urbanos, que não só contaminam, mas, sobretudo, também geram, nos períodos de maior calor no Verão, situações indesejáveis de maus cheiros e não só. E, portanto, este projeto o que veio fazer de uma forma progressiva, é procurar, não só, reduzir o número, digamos, o volume de resíduos sólidos urbanos que vão para deposição em aterro pela via da separação deste tipo de resíduos mais alimentares. Mas também, se possível, poder fazer a valorização dos mesmos. Por outro lado, nesta estratégia global que está neste momento a ser discutida para os resíduos, uma de outras soluções é algo que nós já sabíamos, mas a verdade, é que as novidades muitas vezes o que fazem? Fazem-nos olhar para as coisas novas e esquecer as coisas antigas. O que é que nas nossas aldeias os nossos pais e os nossos avós faziam? Verdadeiramente, já cuidavam do ambiente, utilizavam esses resíduos para alimentarem os animais ou fertilizarem as terras. O que se vai fazer no futuro também é voltar um bocadinho ao princípio. E vamos também, não é este projeto que dá resposta a isto, haverá projetos no futuro no sentido de que as nossas comunidades mais rurais possam, desejavelmente, fazer a compostagem de muitos dos detritos alimentares e outros que naturalmente possam ter potencial e que depois possam servir como fertilizantes, portanto, é essa a visão estruturada e explicada de uma forma muito simples sobre esta matéria e naturalmente eu aproveitava este espaço, porque temos aqui muitos, muitos líderes de opinião do nosso Concelho que possam naturalmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

contribuir para que efetivamente este projeto que é um projeto que, na nossa perspetiva, é meritório, possa ter sucesso, só pode ter sucesso se ele for conhecido, aceite e se as pessoas se comprometerem para isso. É fundamental que todos aqueles que têm a possibilidade de fazerem a deposição deste tipo de resíduos de forma adequada nestes contentores que o façam. E que o façam como? Primeiro, registando-se numa plataforma que a Câmara disponibiliza, depois será entregue de forma progressiva um pequeno recipiente, não sei se é de 7 litros se é de 10 litros para que possam, a seguir, fazer o depósito naquilo que são os contentores de maior dimensão para depois seguirem para o destino final. É verdade que isto significa mais investimento, quer em equipamento que foi cofinanciado, mas, ainda assim, depois é preciso acrescentar despesa corrente, porque fazer esta operação, garantir a recolha e o transporte deste tipo de resíduos, naturalmente vai acrescentar à fatura do município, mas entendemos que isto é por uma boa razão, pelo ambiente, e naturalmente devemos fazê-lo. ----- Quanto à intervenção do senhor membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, eu não sei se ficou impressionado com o número de reuniões e com a relevância das mesmas, ou se, porventura, apenas quis partilhar com todos, aquilo que eu fui fazendo durante alguns destes dias entre as duas últimas Assembleias Municipais, não sei bem qual foi o seu propósito, ou terá sido apenas para preparar a última questão que verdadeiramente era aquilo que o motivava para esta sua intervenção. Dizer que sim, foi compromisso meu, porque durante o tempo em que eu fui membro desta Assembleia Municipal com funções de liderança da bancada do PS, era uma crítica que eu reiteradamente fazia, é que o Presidente à data não dava informação sobre aquilo que ia fazendo, sobre aquilo que tratava, sobre o objeto das reuniões. O que eu procurei fazer ao longo dos tempos, foi e é melhorar essa informação, permitindo que todos os membros desta Assembleia Municipal possam conhecer aquilo que é a temática, a motivação, a razão de ser dessas reuniões, se houver aqui alguma coisa que não esteja claro, eu estou disponível para explicar, para dar mais informação em detalhe. Mas o que o senhor membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, veio cá fazer, não foi nada disso, o que o senhor membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, veio cá fazer, veio perguntar por obras, mas as obras a gente comunica-as quando apresenta os documentos previsionais. Portanto, quando nós discutirmos aqui em dezembro o próximo PPI, o próximo orçamento para o próximo ano ficará a saber quais são as obras que nós temos sinalizadas, ainda assim, devo dizer-lhe o seguinte: muitas destas reuniões que aqui estão identificadas, algumas delas, têm a ver com fundos europeus, particularmente a dimensão do PRR ou, digamos, da conclusão do 20/20, que está em processo de conclusão e que será concluído até ao final do ano em curso, seja também do próximo quadro comunitário de apoio 20/30. Já lá foram identificadas quer as prioridades políticas, quer naturalmente os orçamentos para cada uma dessas prioridades políticas. Agora, o que falta saber, é a nível regional e, neste momento, a discussão ainda está a nível regional, está ainda a acontecer uma discussão sobre Portugal 20/30 relativamente à forma de distribuição de parte do orçamento a gerir pela entidade gestora destes fundos a nível do PORregional que é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. No sentido de que se definam os termos e os critérios de distribuição por todas as comunidades intermunicipais e pela área metropolitana. Estamos nessa discussão. Essa discussão ainda está a acontecer, desejavelmente será concluída durante o mês de julho deste ano e a seguir passar-se-á a uma fase de discussão e concertação intra sub-regional, ou seja, far-se-á essa discussão. Essa concertação será feita ao nível dos municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso e, portanto, o que lhe posso dizer, nesta fase, é que não estão definidos, sequer, quer os montantes de financiamento para cada um dos municípios naquilo que tem a ver com o que seja mapeável, naturalmente haverá outros instrumentos que financiaram outras obras numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

dimensão concorrencial, mas na dimensão do mapeamento isso não está feito e, portanto, dizer-lhe que no momento em que isso estiver feito, trá-lo-emos a esta Assembleia Municipal. Depois, quanto às obras, eu acho que os membros desta Assembleia Municipal conhecem bem o programa autárquico com o qual, enfim, eu e a minha equipa nos apresentámos aos concidadãos, ele é conhecido! Portanto, não devem ficar surpreendidos se a mobilização de recursos que possam ser encontrados, sejam para concretizar esses mesmos projetos e, portanto, é nisso que estamos concentrados, estaremos concentrados em concretizar o nosso programa eleitoral e cumprir os compromissos eleitorais também, naturalmente, na dimensão integral do território, porque queremos apresentar-nos às próximas eleições como bons executores e como bons líderes neste Concelho e, para isso, temos que ter um nível de execução muito elevado. É só o que eu tenho para lhe dizer. Muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 – APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2022. INFORMAÇÃO Nº15/DGF/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo e reitero cumprimentos à Mesa, senhor Presidente e respetivos vogais, aos senhores Vereadores, à senhora Vereadora, aos membros desta Assembleia Municipal e outras pessoas que se encontrem neste espaço desta Assembleia. As razões, as motivações e as considerações sobre este ponto da ordem de trabalhos, elas são “mutatis mutandis” aquelas que foram apresentadas aquando da apresentação, da apreciação e votação da prestação de contas ocorrida em abril deste ano. Elas, no essencial, são quase as mesmas, naturalmente que terão que ter alguma diferença, porque, senão, não seriam apresentadas em momentos distintos. Mas, neste momento, estamos a falar das contas consolidadas. O que significa isto? São as contas do município que nós tivemos oportunidade de apresentar e a serem aprovadas por larga maioria neste Órgão Deliberativo, mas também integrando as contas das entidades participadas pelo município, nas quais o município tem uma posição dominante e só para que tenham a noção, aqui estão integradas as contas também da Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, dos Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, da Associação Promotora de Ensino Profissional para o Alto Tâmega, da Flavifomento, associação para o fomento e desenvolvimento sustentável do município de Chaves, Vidagusternas, associação para a promoção e desenvolvimento termal e turístico de Vidago e também da Procentro, associação para a promoção do centro urbano de Chaves. De facto, como poderão apreciar daquilo que é o relatório consolidado de gestão e, de facto, as alterações não são muito significativas, porque, verdadeiramente, as participadas não têm grande capacidade para influenciar, nalgumas das dimensões, o que é a prestação de contas e, portanto, ela no essencial é idêntica à prestação de contas do município, naturalmente que enfim naquilo que possa ser o resultado final, tem aqui uma pequena variação, mas sem grande expressão e, portanto, o que eu pedia a todos, é que acompanhassem as deliberações por unanimidade que foram feitas na Câmara Municipal e que pudessem aprovar por unanimidade esta prestação de contas consolidada. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e nove votos a favor e uma abstenção, de acordo com a votação abaixo discriminada: --

Votos a favor: Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Joana Maria Machado Borges, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, José Carlos Carvalho Fernandes e Nuno Miguel Claro da Silva; -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, Maria José Alves Portela, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira; -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa; -----

Pelo Grupo Municipal dos Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes; -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues; -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, em representação da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - Bruno Alexandre Silva Barroso, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, em representação de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz –Antero Luís Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: --

Grupo Municipal do PS: Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco e de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, -----

PONTO 4 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º71/GAPV/2023-----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 5 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO JUDICIAL NO ÂMBITO DO PROCESSO DE CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL N.º12/23. 6BEMDL PROPOSTA N.º56/GAPV/2023. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 6 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO PARA O ANO DE 2023. PROPOSTA N.º60/GAPV/2023. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 7 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA "ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA" PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA N.º 66/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 8 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT - ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NÃO SUPERIOR - RELATÓRIOS. PROPOSTA N.º72/GAPV/2023; ---

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 9 – CELEBRAÇÃO DA 1.ª ADENDA AO "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS" COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE UMA AÇÃO DE REALOJAMENTO DE UMA FAMÍLIA, NO ÂMBITO DA MEDIDA 29 DO PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL DA BACIA DO TÂMEGA - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO. INF. DA N.º377/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

PONTO 10 – PROPOSTA DE DOAÇÃO DE TERRENO EM VISTA À CONSTRUÇÃO DE VÁRIOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS. DONATÁRIA: FREGUESIA DE VILAR DE NANTES. PROPOSTA N.º 65/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

PONTO 11 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

ÁGUA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE TRONCO. PROPOSTA N. 64/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 – ANÁLISE DO 3.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "INOVAÇÃO PRODUTIVA - EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020", CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 12/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – ANÁLISE DO 9.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE" CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº13/DDE/2023, DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal.

Bom dia, muito bom dia senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, dignísimos membros desta Assembleia Municipal, público que, eventualmente, se encontre presente. Como já percebemos, todos temos que ganhar a senha de presença, era importante dar aqui algumas notas de enquadramento, fá-lo-ei sobre este ponto, porque apesar deste relatório não ter vindo aqui hoje, e que já foi à reunião de Câmara, é para aprovação. Não há nenhuma proposta de determinação que possa alterar aquilo que é o contrato de financiamento PIM e que tem benefícios fiscais, ainda assim, devo dizer que é um projeto que nos suscita um reforço da necessidade de acompanhamento. Porque, apesar de os incumprimentos não serem ainda muito relevantes, a verdade é que é um projeto que já ele tinha, de base, um prazo de execução bastante dilatado, mas quem passa, como nós passamos junto a esta obra, é um facto não ter tido muita evolução e, portanto, é natural que numa das próximas sessões da Assembleia Municipal possa vir aqui uma informação mais detalhada sobre este projeto PIM. Porque, verdadeiramente, é um dos que nos inspira alguma preocupação. Esperemos que seja apenas preocupação e nada mais, porque gostaríamos muito que este projeto fosse concretizado e que pudesse entrar em funcionamento. Como já perceberam também, e resulta do texto do relatório feito pela Comissão de análise dos PIM, é um projeto que também tem financiamento comunitário através do turismo. Estou a falar do projeto de Outeiro Seco, era desse que eu estava a falar. mas trouxe aqui os papéis errados por isso estava a olhar para aqui, são os papéis errados e, portanto, queria partilhar com Vossas Excelências esta preocupação. Foi só por isso que eu quis dar esta nota. Muito obrigado. De qualquer das formas, dizer que é um assunto que de acordo com o regulamento dos PIM's, tem que ser objeto de aprovação por parte deste órgão. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por maioria com sessenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 14 – ANÁLISE DO 4º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS",



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº14/DDE/2023, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 15 – ANÁLISE DO 9.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES AQUAE FLAVIAE" CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº15/DDE/2023, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA, DE 02.06.2023; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 16 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - NA RUA DE SÃO BENTO, NA MADALENA, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO N.º 244/23 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 190/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 31/03/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 – SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA, NA RUA MÁRIO SANTOS DELGADO, PEDIDO APRESENTADO PELO SR. CARLOS FILIPE RODRIGUES FURTADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 281/23, INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º240/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO, BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 03/05/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 - SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO NA AVENIDA MARECHAL CARMONA, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 370/23 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 314/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/05/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - NA RUA CÂNDIDO SOTTO MAIOR, NA FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO N.º 392/23 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 325/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/06/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 20 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO - NA POVOAÇÃO DE ALANHOSA, NA FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA - PROCESSO N.º 394/23 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 329/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 06/06/2023. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----

Quero em meu nome pessoal e da Mesa agradecer a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vocês. Obrigado. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____